VII – Coordenar a realização do Exame de Qualificação Técnica para ingresso CNAI;

VIII - Integrar o Conselho Diretor, como seu Membro nato.

IX – Presidir as sessões da Câmara de Desenvolvimento Profissional, orientando e disciplinando os trabalhos, mantendo a ordem, submetendo as questões à deliberação da Câmara, apurando votos e proclamando as decisões.

X – Coordenar, distribuir e organizar a participação dos Conselheiros e Delegados nos Eventos Contábeis, efetivando a participação dos mesmos nos termos de Resolução aprovada pelo CFC e CRC/PI, de acordo com as Deliberações do Conselho Diretor, aprovadas pelo Plenário.

XI - Conceder e cassar a palavra, interrompendo o orador que se desviar da questão em debate, que falar contra o vencido ou que faltar com a consideração devida ao Conselho, a seus Membros, ou a representante dos Poderes Constituídos;

XII - Proferir, em caso de empate, além do voto comum, o de qualidade;

XIII - Decidir, conclusivamente, as questões de ordem e, com recurso ao Plenário, as reclamações formuladas pelos Conselheiros e os incidentes processuais;

XIV - Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Federal de Contabilidade, do Plenário, da Câmara e as disposições deste Regimento;

XV - Zelar pelo prestígio e decore do CRC PI;

XVI - Convocar as sessões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara e organizar as respectivas pautas;

XVII - Proibir o registro em Ata de expressões e conceitos inconvenientes;

XVIII - Submeter ao Vice-Presidente respectivo as medidas julgadas necessárias ao bom desenvolvimento dos trabalhos da Câmara.

XIX – Proceder a leitura, nas sessões Plenárias, das atas das suas respectivas Câmaras.

XX - Ao Vice-Presidente da Câmara de Desenvolvimento Profissional compete privativamente:

a - Relatar, em Plenário, os pareceres proferidos pela Câmara de Desenvolvimento Profissional.

b - Dar conhecimento ao Plenário das informações relevantes do Setor de Desenvolvimento Profissional.

XXI - Ocorrendo o afastamento do Vice-Presidente da Câmara de Desenvolvimento Profissional este será substituído pelo Suplente da Câmara, da mesma categoria profissional.

Art 19 - Ao Vice-Presidente de Registro compete:

I - Superintender a administração e serviços do Departamento de Registro e Atendimento;

II - Determinar diligências necessárias para a instauração de processos de registro, distribuindo-os a Relatores dentre os Conselheiros da Câmara de Registro;

III - Decidir sobre a necessidade da realização de diligências solicitadas pelos Conselheiros Relatores da Câmara de Registro;

IV - Convocar as sessões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara de Registro, quando não o tenha feito o seu Coordenador, e

V - Integrar o Conselho Diretor, como seu Membro nato.

VI – Presidir as sessões da Câmara de Registro, orientando e disciplinando os trabalhos, mantendo a ordem, submetendo as questões à deliberação da Câmara, apurando votos e proclamando as decisões.

VII – Apresentar mensalmente a Plenária, relatório de atividades desenvolvidas no Setor Registro.

VIII - Conceder e cassar a palavra, interrompendo o orador que se desviar da questão em debate, que falar contra o vencido ou que faltar com a consideração devida ao Conselho, a seus Membros, ou a representante dos Poderes Constituídos;

IX - Proferir, em caso de empate, além do voto comum, o de qualidade;

X - Decidir, conclusivamente, as questões de ordem e, com recurso ao Plenário, as reclamações formuladas pelos Conselheiros e os incidentes processuais;

XI - Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Federal de Contabilidade, do Plenário, da Câmara e as disposições deste Regimento;

XII - Zelar pelo prestígio e decore do CRC PI;

XIII - Convocar as sessões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara e organizar as respectivas pautas;

XIV - Proibir o registro em Ata de expressões e conceitos inconvenientes;

XV - Submeter ao Vice-Presidente respectivo as medidas julgadas necessárias ao bom desenvolvimento dos trabalhos da Câmara.

XVI – Proceder a leitura, nas sessões Plenárias, das atas das suas respectivas Câmaras.

XVII - Ao Vice-Presidente da Câmara de Registro compete privativamente:

a - Relatar, em Plenário, os pareceres proferidos pela Câmara de Registro.

b - Dar conhecimento ao Plenário das informações relevantes do Setor de Registro.

XVIII - Ocorrendo o afastamento do Vice-Presidente da Câmara de Registro, este será substituído pelo Suplente da Câmara, da mesma categoria profissional.

Parágrafo Único - O Vice Presidente de Registro, em suas ausências e impedimentos temporários, ou quando substituindo o Presidente, o Vice Presidente de Administração e Finanças ou o Vice Presidente de Fiscalização, será substituído pelo conselheiro contador com registro mais antigo.

Art 20 – Na ausência ou impedimento do Vice-Presidente de Registro, o Presidente do CRC/PI, será substituído pelo conselheiro contador de registro mais antigo.

Art 21 – A convocação de suplente para substituir efetivo se dará em relação às reuniões do Plenário, das Câmaras e do Tribunal Regional de Ética e Disciplinar – TRED/PI.

Art 22 – As decisões das Câmaras serão tomadas por maioria de votos dos presentes “*ad referendum*” do Plenário, e constaram de ata.

Art 23 – Os Vice-Presidentes das Câmaras comunicarão ao Presidente do CRC/PI, as faltas dos conselheiros às sessões, para fins do disposto nos arts. 6º e 7º deste Regimento.

Art 24 – O Plenário e as Câmaras funcionarão com a presença da maioria absoluta de seus membros e deliberarão por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Plenário decidir os casos de exceção.

Art 25 – O Conselho Diretor reunir-se-á por convocação da Presidência ou da metade de seus membros, a fim de tratar de assuntos relevantes, os quais devem constar de pauta previamente elaborada.

Capítulo V Da Ordem dos Trabalhos

Seção I Dos Papéis Encaminhados ao CRC PI

Art 26 - Os papéis recebidos pelo CRC PI, depois de protocolados, serão encaminhados a Diretoria Executiva e posteriormente distribuídos aos setores competentes para instrução e formação de processo, se for o caso, e imediato encaminhamento:

I - Os assuntos gerais, ao Presidente;

II - Os relativos ao controle interno, ao Setor de Controle Interno;

III - Os relativos ao exercício profissional, ao Setor de Fiscalização;

IV - Os referentes a desenvolvimento profissional, ao Setor de Desenvolvimento Profissional.

V - Os referentes a registro, ao Setor de Registro.

Seção II Da Apreciação dos Processos

Art 27 - O processo, depois de devidamente instruído pelo setor competente será distribuído pelos Vice-Presidentes aos Conselheiros para relatório e voto, na forma do disposto no inciso VII do artigo 16, inciso II do artigo 17 e inciso II do art. 19.

§ 1º - O Conselheiro Relator que se declarar suspeito ou impedido, com base nas causas autorizadas da arguição, “*ex-vi*” do disposto no Código de Processo Civil, devolverá o processo à autoridade que o encaminhou, acompanhado de justificação, por escrito de seu ato. Se a autoridade julgar procedente a recusa designará novo Conselheiro Relator; em caso de indeferimento, o Conselheiro Relator poderá recorrer ao Plenário.

§ 2º - Durante a discussão ou votação, qualquer Conselheiro poderá declarar-se suspeito ou impedido, declinando o motivo, cabendo ao Plenário ou às Câmaras a decisão.